



Declaração de entrega ou prescindibilidade de peças técnicas – ENGENHARIA ELÉTRICA

Objeto: Reforma e ampliação da UE LÊDA NAPOLEÃO, localizada no município de JOCA MARQUES/PI

O projeto de engenharia é um conjunto de processos de produção da construção civil que visa atingir um objetivo específico com prazos e custos definidos. Ele deve nortear a realização da obra desde o momento em que ela ainda está no papel até as suas últimas etapas. Para que o objetivo seja atingido é imprescindível o estudo e elaboração de peças técnicas suficientes para embasar uma melhor tomada de decisões e caracterizar a edificação em suas diversas partes, de forma a se conseguir um perfeito equilíbrio entre economia, eficiência e qualidade.

Nesse contexto, o Art. 2º, inciso V, da Lei do RDC define projeto executivo como o “conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes”, exigindo sua utilização em procedimentos que a referida lei for aplicada. É evidente que esse arcabouço de elementos será maior ou menor a depender do tamanho e complexidade da obra. Assim, para o objeto em questão, a equipe de engenharia desta Secretaria faz a seguinte avaliação dos diversos projetos que o definem:

PEÇA TÉCNICA	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA
Quadro resumo de cotações	014520429	Todos os itens da planilha orçamentária foram retirados das planilhas do sinapi, seinfra ou orse. Assim, não houve necessidade de pesquisa de mercado para compor este orçamento.
Projeto de inst. elétricas	014520391	O projeto elétrico foi elaborado pela equipe técnica desta Secretaria em nível executivo e consta nos autos.
Projeto de inst. lógica	014520391	O projeto de instalações lógica foi elaborado pela equipe técnica desta Secretaria em nível executivo e consta nos autos.
Projeto elétrico de instalações de	014520391	O projeto de instalações de pontos elétricos para ar-condicionado foi elaborado pela equipe técnica desta



pontos para ar- condicionado		secretaria em nível executivo e consta nos autos.
Projeto de SPDA	Não se aplica	Este processo não leva em conta intervenções nas instalações de SPDA da edificação, portanto não há que se falar em nesse tipo de projeto.
Fornecimento de energia elétrica	014520391	A escola já é atendida pelo serviço de fornecimento de energia elétrica mediante concessionária. Este processo prevê o aumento de cargas na escola com a instalação de uma subestação de energia. A verificação do fornecimento elétrico para a nova demanda será realizada em fase de execução pela empresa contratada.



Documento assinado digitalmente
VALTERDES CARVALHO SILVA FILHO
Data: 17/09/2024 16:58:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Valterdes Carvalho Silva Filho
Engenheiro Civil – CREA 1920357300
UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 411723-9



DECLARAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO

Objeto: Reforma e ampliação do U E LEDA NAPOLEÃO, localizada no município de JOCA MARQUES - PI

Valor da obra: R\$ 3.175.356,50 (Três milhões, cento e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)

NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Nessa hipótese, ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

O projeto executivo é requisito obrigatório da contratação de obras e serviços (art. 46, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021) - inclusive nos casos de contratação direta (art. 72, I, da Lei n. 14.133, de 2021). A norma recomenda que ele seja realizado na fase preparatória da licitação, porém autoriza sua elaboração pelo próprio contratado, concomitantemente com a execução da obra ou serviço (art. 14, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021).

No processo em questão, considerou-se conveniente a atribuição dos projetos executivos à contratada, visando celeridade processual e observando suas próprias limitações de infraestrutura de software e mão de obra especializada. Assim, são exigidos os seguintes projetos em nível de detalhamento especificado abaixo:

1. Projeto Estrutural, no qual constará dimensionamento e detalhamento das estruturas e fundações.
2. Projeto de Hidrossanitário, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento das instalações hidrossanitárias da edificação, discriminado em projeto de água fria, projeto de água quente e projeto de esgoto. Todos os projetos deverão ter indicação de detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos, se necessários à compreensão da execução da obra. Todas as pranchas do projeto deverão contemplar legenda com os símbolos e as abreviações adotados, além de isométricos e/ou vistas com a representação dos trajetos e comandos, informando todas as peças e as dimensões necessárias. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar: memória de cálculo, memorial descritivo, lista de materiais completa e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução da obra;
3. Projeto de Drenagem / Águas pluviais, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento dos dispositivos e acessórios do sistema de água pluvial da edificação incluindo: delimitação da área de contribuição para calhas e condutores; dispositivos de coleta em

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil



- coberturas (ralos, calhas, rufos, rincões, bandejas, buzínates, etc.); definição das seções das calhas e dos condutores, seus respectivos dimensionamentos e desenvolvimentos; sistemas propostos para coleta e transporte das águas pluviais, na superfície do solo e pisos externos; rede subterrânea coletora com a definição de todas as suas características e detalhamento, contemplando, caixas de inspeção (CI's), caixas de passagem e poços de visita (PV's); esquema geral em corte ou perspectiva da instalação; lançamento em galerias públicas ou em águas de domínio público; declividades, desenvolvimentos, diâmetros de cada ramal, calhas e bocais de ligação aos condutores; legenda com os símbolos e as abreviações adotados em cada prancha e apresentando solução para os problemas;
4. Projeto de Combate a Incêndio e pânico, no qual constará, no mínimo: Projeto executivo para detalhamento dos dispositivos de segurança e combate a incêndio incluindo: planta de emergência (que informa os equipamentos de combate a incêndio e suas quantidades necessárias, e procedimentos de evacuação), instalações de GLP, saídas e iluminação de emergência, detalhamento dos sistemas de combate a incêndio, das dimensões e instalação das placas de sinalização de emergência, instalação e sinalização de extintores, hidrantes, alarmes, luminárias e casa de bombas, todas as pranchas do projeto deverão contemplar legendas com símbolos e as abreviações adotadas. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar: memorial descritivo, memorial de cálculo e lista de materiais completa e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução do sistema.

Documento assinado digitalmente
gov.br SUSY SILVA GOMES
Data: 31/10/2024 11:46:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Susy Silva Gomes

Engenheiro Civil – CREA 1919467491
UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 411722-x



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PARECER REFERENCIAL CGE Nº 2/2024

ASSUNTO:	Parecer Referencial Nº 002/2024 a ser utilizado nas contratações de obras e serviços de engenharia em edificações com valor de referência estimado inferior a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC), a ser adotado para processos a serem licitados utilizando-se dos instrumentos da NLLC.
INTERESSADO	Órgãos da Administração Pública Estadual
MEDIDAS DE EFICIÊNCIA	Aperfeiçoamento da gestão dos processos de elaboração de Projeto Básico e licitação de obras de construção civil com valor de referência estimado inferior a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC).

1. RELATÓRIO

Em razão da busca pela eficiência operacional dos órgãos e entidades do poder executivo, o Governo do Estado demandou que fosse instaurado processo no âmbito da Controladoria-Geral do Estado (CGE) para elaboração de Parecer Referencial acerca dos processos de contratações de obras e serviços de engenharia em edificações com valor de referência estimado inferior a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC), pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, sendo que tal limite foi adotado como referencia do Decreto Estadual Nº 21.873/2023.

Nessa perspectiva, para elaboração de manifestação referencial deve ser ponderado o volume de processos com matérias idênticas, recorrentes e o impacto, justificado, da atuação deste órgão de controle ou a celeridade dos serviços administrativos. Ao admitir a possibilidade de adoção de manifestação referencial, prestigia-se, assim, o princípio da eficiência no exercício das atividades administrativas. Ademais, a revisão do processo em segunda linha de defesa sendo feita pelo Núcleo de Controle Interno de cada órgão/entidade, está condicionada aos requisitos preestabelecidos por esta CGE no referido SINCIN.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado (CGE) para emitir opinião nesse tipo de operação está insculpida no art. 120, do Decreto Estadual nº 22.033, de 28 de abril de 2023:

Art. 120. À Superintendência de Controladoria Geral do Estado, setor diretamente subordinado ao Secretário da Fazenda,
competete:
(...)
VI - expedir atos normativos concernentes à ação do sistema integrado de controle interno, incluindo as funções de
controladoria, auditoria e corregedoria;

A Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí, nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022, em seu artigo 21, § 2º, ratifica de maneira categórica o papel desta Controladoria como órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual, a seguir transcrito:

§ 2º A Controladoria-Geral do Estado, cujo titular é o Controlador-Geral do Estado, superintendência da Secretaria da Fazenda, consiste em órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual, competindo-lhe, além do disposto no art. 90 da Constituição Estadual coordenar as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual, incluindo as funções de controladoria, auditoria e corregedoria, na forma do regulamento. (grifo nosso)

O mérito deste parecer incide sobre a EFICIÊNCIA da contratação. Neste contexto, a CGE deve manifestar-se previamente sobre a relação custo-benefício, a viabilidade técnica, econômica e financeira dessa tipologia de obra, de forma a assegurar o retorno do valor investido pelo Poder Executivo estadual, o que, por questões de eficiência, legitima a elaboração deste Parecer Referencial, o qual, além do seu caráter preventivo, orientativo e pedagógico tem o condão de fomentar a padronização dos processos administrativos da mesma natureza.

3. ANÁLISE

Definido o critério de Materialidade, o processo objeto de análise deste Parecer deve se enquadrar nas seguintes condições:

a) Ser obras e serviços de engenharia em edificações;

Ressalta-se que se enquadram nessas tipologias de obras, a Construção, Ampliação e/ou Reforma do seguinte rol não exaustivo de edificações:

- Escolas, Universidades, Gerências Regionais de Educação e e outras edificações ligadas a rede estadual de ensino;

- Quadras, Ginásios poliesportivos, Estádios, Praças, Balneários e outros equipamentos ligados ao esporte, lazer e cultura;

- Postos de Saúde, Hospitais e outras edificações voltadas ao atendimento da saúde;

- Delegacias, Distritos policiais e outras unidades integradas de segurança;

- Prédios destinados a atividades inerentes a administração pública;

b) Deve possuir valor de referência orçado pela administração menor ou igual a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC);

O processo deverá ainda conter as mesmas condições para análise desta CGE/PI, que é realizada em 04 (quatro) etapas referentes: (1) à formalização processual; (2) à funcionalidade da contratação; (3) quantidade demandada; (4) o preço de referência.

3.1. DA FORMALIZAÇÃO PROCESSUAL

Quanto a formalização, para os processos de contratação de obras e serviços de engenharia em edificações com valor de referência orçado pela administração menor ou igual a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC), os órgãos da Administração estadual poderão se utilizar deste Parecer, com o intuito de racionalizar e otimizar este tipo de análise, os processos instruídos com a seguinte documentação:

a) Cópia integral do Parecer Referencial;

b) Declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas, conforme modelo em **anexo I**;

c) Declaração do engenheiro/arquiteto projetista que o Projeto Básico está de acordo com o **Parecer Referencial Nº 002/2024**, conforme modelo em **anexo II**;

d) Passagem do processo pelo Núcleo de Controle Interno - NCI para verificação da documentação existente em processo de acordo com Roteiro Específico e verificação das declarações em **anexo I e II**;

Nesse sentido, é importante frisar que a juntada da documentação acima no processo administrativo dispensa a análise individualizada por esta Controladoria;

Quanto a formalização processual, temos a destacar as seguintes peças que o projeto básico deve conter:

3.1.1. Manifestação do órgão competente do meio ambiente:

A Resolução Conama nº 237/97 disciplina que o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Como regramento simples, em uma aplicação direta aos empreendimentos que envolvam obras e serviços de engenharia, a licença prévia - concedida após a apresentação e o exame dos estudos ambientais adequados - é parâmetro para a elaboração do projeto básico fazendo-se necessária acostar junto ao processo a documentação emitida pelo órgão competente.

Ressalta-se que cabe ao órgão ambiental competente manifestação quanto ao enquadramento do potencial poluidor do empreendimento, que poderá classificar a manifestação em:

- Dispensa de Licenciamento Ambiental;
- Declaração de Baixo impacto Ambiental - DBIA;
- Licença Ambiental;

Além disso, a manifestação ambiental deve compor o processo anteriormente a finalização da fase interna da licitação, não sendo possível a substituição pelo protocolo de tal solicitação.

3.1.2. Memorial descritivo e especificações técnicas;

Apresentar memorial descritivo e especificações técnicas dos serviços adotados, de acordo com a ABNT e demais normas pertinentes à obra, contendo as seguintes informações:

- Especificações dos serviços a serem executados;
- Especificações dos materiais adotados;
- Discriminação sobre a execução da obra e suas peculiaridades;

3.1.3. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de projeto e orçamento;

Apresentar ART/RRT de **projeto e orçamento** dos respectivos profissionais que assinam as peças técnicas do projeto básico;

3.1.4. Orçamento Sintético;

Quanto ao orçamento sintético, deve-se apresentar planilha com serviços, unidades adotadas, quantitativos e valores unitários dos serviços listados.

Além disso, recomenda-se o referenciamento dos serviços, apresentando os códigos dos serviços adotados, com a sua planilha referencial e data base.

3.1.5. Composições de Custos Unitários;

Quanto as Composições de Custos, deve ser apresentado quando não for adotado preços de planilhas referenciadas, como o SINAPI, SEINFRA/CE, ORSE/SE, atentando-se para a compatibilidade de:

- Data base para o mesmo mês e ano para as mais diversas planilhas;
- Correspondência entre o custo unitário da mão de obra, caso seja adotada diferentes bases de preços;

Para isso, deve-se apresentar composição de custos dos serviços nos quais não houver referencia do serviço a Tabela de Referencia oficial adotada ou houver alteração de preços e/ou índices na composição padrão do SINAPI.

3.1.6. Cronograma Físico Financeiro;

O cronograma físico financeiro deve ter prazo e distribuição de serviços compatível com o porte e especificidade técnica da obra.

Outro ponto a se destacar, é que em cronograma o pagamento dos serviços da Administração Local da Obra deve ser proporcional à execução dos serviços, conforme julgamento do TCU TC 036.076/2011-2, que determina:

Estabelecer, nos editais de licitação, critérios objetivos de medição para os itens de administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de itens da administração local, em caso de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

3.1.7. Composição do BDI;

Ressalta-se que tal composição deve estar de acordo com o Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário, recomenda-se que se utilize os percentuais médios para cada item que compõem o BDI;

Além disso o projetista deve ficar atento a condição previdenciária adotada na composição do BDI, pois de acordo com a Lei N° 13.161/15, que altera a alíquota da CPRB, deverão ser elaborados dois orçamentos, dentre os quais será escolhido o mais vantajoso para Administração. De modo que um orçamento será elaborado na condição sem desoneração, sem a CPRB no BDI, e, outro, na condição com desoneração, com a CPRB inserida no BDI, conforme explanação:

a) Condição sem desoneração (Aplicação da parcela de INSS e suas reincidências nos encargos sociais da mão de obra ordinária e de operação de equipamentos e exclusão de qualquer parcela de CPRB da taxa de bonificação e despesas indiretas – BDI).

b) Condição com desoneração (Exclusão de qualquer parcela de INSS dos encargos sociais e inclusão de CPRB no BDI, com alíquota de 4,5% sobre o preço de venda).

Portanto, o menor valor global obtido nos orçamentos deverá ser utilizado como referência para licitações de obras, cabendo aos responsáveis dar ampla publicidade a respeito da condição adotada para a elaboração dos orçamentos nos termos de referência e nos editais de licitação

3.1.8. Transcrição do art. 7º da IN CGE N° 01/2013, no edital;

Deverá constar, no edital e na minuta do contrato, cláusula que estipule as condições para que as medições e os pagamentos sejam efetuados, indicando a lista de documentos, sendo necessária, para isso, a Transcrição do art. 7º da IN CGE N° 01/2013, de 07/05/13, conforme leitura abaixo:

Art. 7º As medições serão compostas dos seguintes documentos:

I – Carta da Contratada encaminhando a medição;

- II – Memória de cálculo;
 - III – planilha de medição atestada e boletim de faturamento;
 - IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
 - V – Cronograma executivo (físico) realizado;
 - VI – Quadro resumo financeiro;
 - VII – relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
 - VIII – cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
 - IX - Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
 - X - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
 - XI - Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
 - XII - Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
 - XIII - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - XIV – Cópia do seguro-garantia;
 - XV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
 - XVI – Guia de recolhimento do FGTS;
 - XVII – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
 - XVIII – Comprovante de pagamento do ISS;
 - XIX – Relatório pluviométrico, quando couber;
 - XX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional, conforme exemplos do anexo IV;
 - XXI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- § 1º Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.
- § 2º Além dos documentos elencados no caput, deverão constar da primeira medição:
- I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;
 - II – cópia da ordem de serviço;
 - III – cópia dos demais seguros exigidos no contrato;
 - IV – matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).
- § 3º Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:
- I – baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);
 - II – projeto “As Built”, quando previsto;
 - III – termo de recebimento definitivo.

3.1.9. Aprovação do Projeto Básico pelo Gestor e vinculação do processo ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024;

Declaração de Aprovação de Projeto Básico, conforme disposto no Art. 137 do DECRETO Nº 21.872 (PGE-PI), de 07 de março de 2023, conforme modelo em anexo I;

3.1.10. Declaração de Conformidade do Projeto Básico ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024;

Declaração assinada pelo projetista, atestando que as peças constantes no Projeto Básico estão de acordo com o **Parecer Referencial CGE Nº 002/2024** através de check-list em anexo, e que há compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes no orçamento analítico, sintético e cronograma

físico-financeiro apresentado com os quantitativos do projeto de arquitetura e complementares de engenharia conforme prescreve o Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013, conforme modelo em anexo II;

3.1.11. Titularidade da obra ou Declaração de bem de uso comum ou Domínio Público;

Inserir Titularidade da obra ou Declaração de bem de uso comum ou Domínio público, de modo a atestar o interesse público na execução da obra, atendendo o disposto no artº 16 da IN CGE nº 01/13, Acórdão TCU nº 402/11 – Plenário em concomitância com Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/11;

3.1.12. Projeto de Engenharia/Arquitetura;

Ainda com relação o Projeto Básico, o mesmo deve apresentar peças técnicas de acordo com a especificidade da obra que se quer executar, de acordo com a avaliação do projetistas.

Desse modo, quando se refere a obras de construção, reforma e/ou ampliação de edificações, temos as seguintes peças necessárias a constar no Projeto Básico:

a) Levantamento Planialtimétrico;

Tal peça é necessária quando se trata de obras de Construção ou ampliação de edificações, de modo a evidenciar as cotas e níveis do terreno que se quer implantar a construção.

O Levantamento é de suma importância pois irá subsidiar as informações para um possível projeto de terraplanagem e também verificar a viabilidade de construção da edificação caso haja um aclave ou declive acentuado.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: Em muitos casos em que não consta essa peça no processo, observou-se a celebração de aditivos contratuais acrescentando quantitativos em volumes de aterro e muro de arrimo, o que ensejam em paralisações e atrasos nas obras.

b) Projeto de Terraplanagem:

Conforme necessidade de conformação do terreno natural para melhor adequação da obra, deverá ser apresentado projeto de terraplanagem do terreno, com os quadros de volumes com a indicação dos quantitativos de corte e aterro a serem executados, os quais implicarão diretamente nos quantitativos de serviços de corte e aterro compensado, material de empréstimo, compactação de solo e remoção de material.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: Em muitos casos em que não consta essa peça no processo, observou-se a celebração de aditivos contratuais acrescentando quantitativos dos diversos serviços correlatos de terraplanagem.

c) Projeto Estrutural, incluso fundações;

Tal peça é necessária quando se trata de obras de Construção ou ampliação de edificações, de modo a evidenciar o sistema construtivo utilizado e os quantitativos dos itens de serviços que compõem tal sistema.

Para escolha do sistema de fundações e/ou estrutural a ser adotado, o projetista deverá proceder a avaliação do solo por meio de sua Sondagem, de modo que a solução esteja em conformidade com as normas relativas aos respectivos sistemas construtivos, sejam fundações em sapata, estacas, estruturas em concreto armado, estruturas metálicas, estruturas de cobertura metálica e outros.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: A avaliação equivocada ou tardia do sistema construtivo, pode ensejar comprometimento da segurança, funcionalidade da edificação e alteração dos quantitativos dos diversos serviços correlatos de estrutura.

d) Projeto Arquitetônico;

O projeto arquitetônico é considerado a peça central, que a partir da qual será possível o desenvolvimento das demais peças técnicas que comporão o Projeto Básico.

Desse modo, deve o projetista avaliar a complexidade da intervenção, para que seja desenvolvido o projeto arquitetônico com nível de detalhamento adequado.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: O nível de detalhamento do projeto adequado a tipologia da obra poderá gerar diversas incertezas com relação a elaboração dos demais projetos complementares e na execução propriamente dita da obra, ocasionando incremento de custos inicialmente não previstos e possibilidade de nulidade do Projeto Básico como um todo, comprometendo todo o certame licitatório.

e) Projetos de Instalações Elétrica, Hidrossanitária, Telefônica, Lógica e Climatização;

Conforme a tipologia de intervenção a ser executada, o detalhamento desses projetos complementares a perfeita quantificação completa dos materiais e serviços a serem utilizados/executados.

Vale ressaltar que é de grande importância a compatibilidade da solução adotada e sua **Viabilidade** mediante as condições de infraestrutura do local: fornecimento de água, esgoto, energia de baixa e alta tensão, telefone e fornecimento de internet.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: Caso haja a elaboração das peças sem a verificação sua viabilidade de infraestrutura do local, comprometerá a plena funcionalidade do equipamento a ser instalado. Quanto a sua ausência ou deficiência dos projetos, impactará diretamente nos custos originalmente previstos e o perfeito andamento da obra.

f) Projeto de Proteção, Combate a Incêndio e SPDA;

O projetista deve avaliar conforme diretrizes normativas estabelecidas em **Decreto Estadual Nº 17.688**, de 26 de Março de 2018, que Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado do Piauí.

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: Com relação aos projetos de SCIP, caso não haja sua aprovação prévia e execução de acordo com o mesmo, poderá haver comprometimento da segurança empreendimento e possíveis embargos ao local.

h) Aprovação pela Vigilância Sanitária (no caso de estabelecimentos de saúde, penais, terminais de transporte, agroindústrias, restaurantes populares, entre outros);

Para os casos em que sejam necessárias a concessão de licenças sanitárias, o projeto básico deverá seguir a orientações presentes na portaria SESAPI Nº 16 de 04 de Janeiro de 2019, respeitando-se as recomendações contidas em legislação sanitária específica, conforme o caso.

Além disso, para os empreendimentos de saúde, o projeto básico deve seguir o Resolução-RDC Nº 50, do Ministério da Saúde, que "Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde".

Potencial risco da ausência/deficiência da peça técnica: Com relação aos projetos enquadrados nesta categoria, a sua deficiência ou ausência ensejará no comprometimento da segurança sanitária dos usuários e possíveis embargos ao local.

3.2. DA FUNCIONALIDADE

Entende-se que o projeto de engenharia de uma obra pública deve corresponder à aplicação técnica do princípio da economicidade. Desta forma, a solução a ser adotada para a realização de determinado serviço deve ser aquela que atenda à determinada necessidade imposta. Dado um requisito de contorno a ser satisfeito, para o seu atendimento deve-se alvejar a solução tecnicamente viável ao nível local e mais econômica.

A fim de ratificar este entendimento, reproduzimos trecho do Acórdão nº 1441/2007-TCU-Plenário:

"Trecho da Ementa:

1. É dever do gestor público otimizar a utilização dos recursos públicos, de forma a maximizar os serviços prestados à população em termos qualitativos e quantitativos."

Em tese, projeto elaborado fora dos ditames da legalidade pode impor ao projetista - e ao gestor responsável pela sua aprovação - responsabilidade pelo pagamento dos valores decorrentes do ato antieconômico, a aplicação de multa, e o juízo pela irregularidade de suas contas nos termos da Lei nº 8.443/92.

Desta forma, entende-se que o projeto deve sempre, diante de duas ou mais soluções tecnicamente possíveis, motivar a escolha por aquela mais econômica, inclusa nesta avaliação, a padronização, a possibilidade de adequação e adaptação das instalações existentes, o reaproveitamento de material, o impacto ambiental do empreendimento, dentre outros - na realidade, todos os condicionantes que melhor objetivem as reais necessidades da Administração.*

Além disso, deve o projetista apresentar a motivação da execução da obra com **Justificativa Técnica** para execução dos serviços, e **Relatório Fotográfico**, realçando a situação atual da obra exatamente antes da elaboração do projeto básico que demonstre a real necessidade de execução dos serviços no projeto básico;

Potencial risco da ausência da peça técnica: Caso haja ausência ou lapso temporal entre a elaboração do relatório fotográfico e o desenvolvimento o projeto básico, poderá surgir até o início das obras o incremento de serviços não previstos em planilha orçamentária, ensejando no comprometimento do cronograma acordado e custos adicionais.

Ressalta-se que antes da emissão da Ordem de Serviço, deve o engenheiro responsável realizar vistoria ao local da obra, apresentando relatório fotográfico nas mesmas posições, devido a possibilidade de um lapso temporal entre a execução do Projeto Básico e início de execução da obra que podem causar distorções entre o projeto orçado e o que deve ser realmente executado.

3.3. DA QUANTIDADE DEMANDADA

Quanto a quantidade demandada, deve o projetista apresentar **Memorial de Cálculo** dos quantitativos compatível com os quantitativos apresentados em planilha orçamentária, e com as respectivas peças gráficas componentes do Projeto Básico acostado em processo;

3.4. DO PREÇO DE REFERÊNCIA

Quanto ao preço de referência, deve-se atender ao prescrito no parágrafo 2º do artigo 23, da Lei 14.133/21, reproduzido abaixo:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (...)

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (grifamos)

Com isso, deve-se adotar como teto de preços a planilha referencial com a data base mais recente, de modo a estimar com fidelidade o valor de mercado a época da contratação, evitando distorções inflacionárias e mercadológicas.

4. CONCLUSÃO

Diante das considerações acima, reiteramos a necessidade para que conste em processo não somente as declarações em Anexo I e II, mas também a qualidade da documentação acima listada para que o processo esteja conforme com a legislação vigente, dentre as quais se consolidam as seguintes recomendações:

- I - **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, conforme previsto no art. 18, da Lei nº 14.133/21 (NLLC).
- II - Acostar em processo a **Manifestação do órgão competente do meio ambiente**, conforme resolução CONAMA nº 237/97;
- III - Inserir **Termo de Justificativas Relevantes**, conforme modelo disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrenca>;
- IV - Apresentar **Relatório Fotográfico**;
- V - Apresentar **Memorial de Cálculo**;
- VI - Apresentar **Memorial Descritivo e Especificações Técnicas**, conforme normas da ABNT;
- VII - Apresentar **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de projeto e orçamento**, conforme prescreve a Lei 8.666/93;
- VIII - Apresentar **Orçamento Sintético**;
- IX - Apresentar **Composições de Custos Unitários**;
- X - Apresentar **Cronograma Físico Financeiro**;
- XI - Apresentar **Composição do BDI**;

- XII - Inserir no Edital da licitação a **Transcrição do art. 7º da IN CGE nº 02/2013**;
- XIII - Inserir no Processo **Aprovação do Projeto Básico pelo Gestor e vinculação do processo ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024**;
- XIV - Inserir no Processo **Declaração de Conformidade do Projeto Básico ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024**;
- XV - Inserir no Processo **Titularidade da obra ou Declaração de bem de uso comum ou Domínio Público**, conforme Acórdão TCU nº 402/11 – Plenário;
- XVI - Apresentação de **Projeto de Engenharia/Arquitetura** de acordo com o item 3.1.12 do Parecer;

Ressalvo ainda, em caráter excepcional, que os órgãos e entes contratantes deverão remeter à CGE, via Sistema Eletrônico de Informação, cópia integral dos processos em que este Parecer vier a ser utilizado, para fins de registro e arquivo.

Este Parecer Referencial tem validade até 31 de dezembro de 2024, podendo o mesmo ser revogado a qualquer momento a critério do Controlador Geral do Estado.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA NOGUEIRA FILHO

Gerente de Obras

De acordo. Submeto o presente Parecer à Unidade de Auditoria e Monitoramento para a apreciação e deliberação.

(assinado eletronicamente)

DÉCIO GOMES DE MOURA

Diretor da Unidade de Auditoria e Monitoramento

Aprovo.

(assinado eletronicamente)

MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA

Controlador-Geral do Estado do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **DÉCIO GOMES DE MOURA - Matr.0127920-3, Diretor**, em 23/02/2024, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS PEREIRA NOGUEIRA FILHO - Matr.0315807-1, Gerente**, em 07/03/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA - Matr.0003054-6, Controladora-Geral do Estado**, em 08/03/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **011081182** e o código CRC **CA7A3A92**.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E VINCULAÇÃO AO PARECER REFERENCIAL CGE Nº 002/2024

TIMBRE DA SECRETARIA

DECLARAÇÃO

Assunto: Aprovação do Projeto Básico e vinculação ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024

Declaro sob as penas da lei e para os fins que se fizerem necessários, que APROVO o projeto básico de _____, processo Nº _____, e que o mesmo mantém vinculação ao Parecer Referencial CGE Nº **002/2024**.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Teresina, xx de _____ de 20____

AUTORIDADE COMPETENTE / ORDENADOR DE DESPESAS

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO II

TIMBRE DA SECRETARIA

DECLARAÇÃO

002/2024

Assunto: Declaração de Conformidade do Projeto Básico com o Parecer Referencial CGE nº

Declaro sob as penas da lei e para os fins que se fizerem necessários, que o Projeto Básico
de _____, referente ao Processo

Nº _____, conforme ART nº _____ está em conformidade com o que prescreve o Parecer Referencial CGE nº **002/2024**, conforme check List abaixo:

Check List Documentação - Projeto Básico de Obras e Serviços de engenharia de construção civil com valor inferior a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC), pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual	
Item	Documento
1.1	Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme previsto no art. 18, da Lei nº 14.133/21 (NLLC).
1.2	Manifestação do órgão competente do Meio Ambiente, conforme Resolução Conama nº 237/97
1.3	Termo de Justificativa relevantes para execução dos serviços
1.4	Relatório Fotográfico, de acordo com item 3.2 do Parecer Referencial;
1.5	Memorial de Cálculo;
1.6	Memorial descritivo e especificações técnicas
1.7	Anotação de Responsabilidade Técnica - RRT/ART: Projeto e Orçamento
1.8	Orçamento Sintético;
1.9	Composições de Custos Unitários;
1.10	Cronograma Físico Financeiro;
1.11	Composição do BDI;
1.12	Projeto de Engenharia/Arquitetura conforme item 3.1.12 do Parecer Referencial;
1.13	Existe compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes no orçamento analítico, sintético e cronograma físico-financeiro com os quantitativos do projeto de arquitetura e complementares de engenharia entre si e com o custo do SINAPI/SICRO, conforme prescreve o Decreto Federal nº 7.983 de 8 de abril de 2013

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Teresina, xx de ____ de 20__

PROJETISTA
ENGENHEIRO/ARQUITETO
CREA: XXXXX/D - PI

Referência: Processo nº 00313.000231/2024-75SEI nº 011081182

Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: (86) 3211-0542/ 3211-0770/ 3218-3905 Celular: (86) 98802-4071 E-mail: cge@cge.pi.gov.br -
<http://www.cge.pi.gov.br/>



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
UNIDADE DE GESTÃO DA REDE FÍSICA - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.064437/2024-28

Teresina-PI, 24 de setembro de 2024

Assunto: Aprovação do Projeto Básico e vinculação ao Parecer Referencial CGE Nº 002/2024

Declaro, sob as penas da lei e para os fins que se fizerem necessários, que APROVO o projeto básico de **REFORMA E AMPLIAÇÃO - CETI LEDA NAPOLEÃO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES - PI**, processo Nº **00011.064437/2024-28**, e que o mesmo mantém vinculação com o Parecer Referencial CGE Nº **002/2024**.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Teresina - PI, 24 de setembro de 2024

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 24/09/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **014638529** e o código CRC **7B88935D**.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI****DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROJETO BÁSICO - CGE**

Processo nº 00011.064437/2024-28

Assunto: **Declaração de Conformidade do Projeto Básico com o Parecer Referencial CGE nº 002/2024**

Declaro sob as penas da lei e para os fins que se fizerem necessários, que o Projeto Básico de **REFORMA E AMPLIAÇÃO - CETI LEDA NAPOLEÃO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES - PI**, referente ao Processo nº **00011.064437/2024-28** conforme ART nº **1920240071028** está em conformidade com o que prescreve o Parecer Referencial CGE nº 002/2024, conforme check List abaixo:

Check List Documentação - Projeto Básico de Obras e Serviços de engenharia de construção civil com valor inferior a 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/21 (NLLC), pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual.		
Item	Documento	SEI
1.1	Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme previsto no art. 18, da Lei nº 14.133/21 (NLLC)	014481259
1.2	Manifestação do órgão competente do Meio Ambiente, conforme Resolução Conama nº 237/97	014481259
1.3	Termo de Justificativa relevantes para execução dos serviços	014481369
1.4	Relatório Fotográfico, de acordo com item 3.2 do Parecer Referencial	014481330
1.5	Memorial de Cálculo	014520429
1.6	Memorial descritivo e especificações técnicas	014520429
1.7	Anotação de Responsabilidade Técnica - RRT/ART: Projeto e Orçamento	014520462
1.8	Orçamento Sintético	014520429
1.9	Composições de Custos Unitários	014520429
1.10	Cronograma Físico Financeiro	014520429
1.11	Composição do BDI	014520429
1.12	Projeto de Engenharia/Arquitetura conforme item 3.1.12 do Parecer Referencial	
1.13	Existe compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes no orçamento analítico, sintético e cronograma físico-financeiro com os quantitativos do projeto de arquitetura e complementares de engenharia entre si e com o custo do SINAPI/SICRO, conforme prescreve o Decreto Federal nº 7.983 de 8 de abril de 2013.	014520391

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Teresina - PI, 03 de setembro 2024

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **SUSY SILVA GOMES - Matr., Engenheira Civil**, em 04/10/2024, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **014806824** e o código CRC **FD40AF43**.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

UNIDADE DE GESTÃO DA REDE FÍSICA - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.064437/2024-28

Teresina-PI, 24 de setembro de 2024

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI: nº 00011.064437/2024-28

ASSUNTO: REFORMA E AMPLIAÇÃO - CETI LEDA NAPOLEÃO

Trata-se de formalização de procedimento licitatório visando os serviços de **REFORMA E AMPLIAÇÃO - CETI LEDA NAPOLEÃO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES - PI**, sob o Regime de Execução de Empreitada, conforme previsto no art. 46º, 5º, 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 no valor estimado total de **R\$ 3.190.003,73 (três milhões cento e noventa mil e três reais e setenta e três centavos)**.

Nestes termos, considerando que, com vistas à execução satisfatória e eficiente da obra sub examine, encontram-se os presentes autos revestidos do complexo de informações detalhadas sobre a identificação global da obra; os tipos de serviços, materiais e equipamentos; os métodos construtivos; o prazo de execução; as condições organizacionais; a gestão da obra; o orçamento discriminado do custo global da obra; e, ainda, os demais subsídios técnicos que assegurem a viabilidade do empreendimento e o caráter competitivo do procedimento.

Por conseguinte, com escopo no interesse público e de conformidade com os princípios da economicidade, funcionalidade e adequação, na forma do disposto no art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e uma vez atendidos os requisitos indicados no art. 6º, **APROVO E AUTORIZO O PROJETO BÁSICO** constante destes autos, com todas as suas partes, desenhos, especificações, normas técnicas e demais complementos, os quais abrangem, com nível de precisão adequado, todos os elementos necessários e suficientes à caracterização dos serviços objeto da licitação sob análise.

Gabinete do Secretário da Educação do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 24 de setembro de 2024

FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO
Secretário de Estado da Educação do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 24/09/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **014635936** e o código CRC **05C6D828**.



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

UNIDADE: CETI Lêda Napoleão

MUNICÍPIO: Joca Marques

GERÊNCIA: 15ª GRE - Corrente

COORDENADAS: GH38+QC3 Joca Marques/ 3°29'44.2"S 42°26'02.2"W/-3.495604, -
42.433946

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A equipe técnica da Unidade de Gestão da Rede Física - UGERF desta Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI, realizou visita ao **CETI Lêda Napoleão**, localizada no município de **Joca Marques**, à **Rua da Esperança, Centro, SN, CEP 64165-000**, com o objetivo de conferir as infraestrutura local e identificar as necessidades de intervenção.

Na oportunidade, foram realizados registros fotográficos, os quais seguem abaixo.

2. IMAGENS



Imagem 01 – Macrolocalização.



SECRETARIA
DA **EDUCAÇÃO** - SEDUC



Imagem 02 e 03 – Fachada frontal e pátio central.



Imagem 04 e 05 – Vistas gerais.

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil

www.seduc.pi.gov.br

Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC
Av. Pedro Freitas, S/N - Bloco D/F - Centro Administrativo
CEP: 64.018-900 - Teresina - PI



SECRETARIA
DA **EDUCAÇÃO** - SEDUC



Imagem 06 e 07 – Sala de aula, biblioteca e laboratório de informática.



Imagem 08 e 09 - Vistas gerais.

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil

www.seduc.pi.gov.br

Secretária Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC
Av. Pedro Freitas, S/N - Bloco D/F - Centro Administrativo
CEP: 64.018-900 - Teresina - PI



SECRETARIA
DA **EDUCAÇÃO** - SEDUC



Imagem 10 e 11 – Administrativo e Cozinha.



Imagem 12 e 13 – Banheiro e Sala de aula.



Imagem 14 e 15 – Quadra Poliesportiva.

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil

www.seduc.pi.gov.br

Secretária Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC
Av. Pedro Freitas, S/N - Bloco D/F - Centro Administrativo
CEP: 64.018-900 - Teresina - PI



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as imagens apresentadas, é necessária a execução de serviços como: pintura; revisão de cobertura; implantação de biblioteca e laboratório de ciências; execução de refeitório adequado às normas, além de reforma e execução da cobertura da quadra, intervenções de acessibilidade e revisão de instalações elétricas.



Documento assinado digitalmente
ISADORA ATEM GONCALVES CAMARCO
Data: 20/09/2024 16:18:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Isadora Atem Gonçalves Camarço
Arquiteto – CAU A58526-2
UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 407299-5



JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Considerando as ações de oferta da modalidade de Tempo Integral em todas as unidades escolares, por meio desta Secretaria de Estado da Educação, onde os alunos aprendem mais e têm melhores resultados e mais oportunidades para o futuro;

Considerando a necessidade de adequação, modernização, reforma e/ou ampliação das infraestruturas físicas, para, de forma adequada, atender as necessidades do plano de ensino;

O **CETI Lêda Napoleão (INEP 22131426)**, localizada no município de **Joca Marques** (Território: Cocais), à **Rua Da Esperança, SN, Centro, CEP 64165-000**, que conta com as modalidades de Ensino Fundamental e Regular (Fonte: qedu.org.br), necessita da implementação uma quadra coberta para que os alunos usufruam de conforto e espaços adequados para exercícios de suas atividades.

Considerando as imagens apresentadas no Relatório Fotográfico - doc. 014481330, observa-se que a referida unidade escolar necessita da execução de serviços como: pintura; revisão de cobertura; implantação de biblioteca e laboratório de ciências; execução de refeitório adequado às normas, além de reforma e execução da cobertura da quadra, intervenções de acessibilidade e revisão de instalações elétricas.

Ante o exposto, segue autos para devidos encaminhamentos.

At.te



Documento assinado digitalmente
ISADORA ATEM GONCALVES CAMARCO
Data: 20/09/2024 16:18:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Isadora Atem Gonçalves Camarço
Arquiteto – CAU A58526-2
UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 407299-5